

IV

Entre a tradição manuscrita e a cultura impressa: 'Português Clássico'

Bibliografia

CASTRO, Ivo. Introdução à História do Português. Lisboa: Edições Colibri, 2004. 2a ed, 2006.

CASTRO, Ivo. Vésperas Brasilianas. Anotações de curso. X Seminário do Projeto de História do Português de São Paulo, USP. São Paulo, 2009.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. O Português Quinhentista: Estudos Lingüísticos. Salvador : EDUFBA ; Feira de Santana : UEFS, 2002Arquivo

GALVES, Charlotte. A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro. In: (...) Descrição, história e aquisição do português brasileiro. Campinas: Pontes, 2007.

GALVES, Charlotte; NAMIUTI, Cristiane; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Novas perspectivas para antigas questões: A periodização do português revisitada. In (...) Grammatische Strukturen des europäischen Portugiesisch (...). Tübingen: Calepinus Verlag, 2006.

CORREDOIRA, Fernando Vasquez. A Construção da língua portuguesa frente ao castelhano. Santiago de Compostela: Laiovento; 1998.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

CARDEIRA, Esperança. O Essencial sobre a história do Português. Lisboa: Editorial Caminho. 2006

EISENSTEIN, Elisabeth. A Revolução da Cultura Impressa. São Paulo: Ática, 1998.

OLIVEIRA, Fernão de. "Grammatica da lingoagem portuguesa", 1532. Biblioteca Nacional de Lisboa.

LIÃO, Duarte Nunes de. "Origem da lingoa portvgvesa", 1606. Biblioteca Nacional de Lisboa.

LIÃO, Duarte Nunes de. "Ortographia da lingoa portvgvesa", 1576. Biblioteca Nacional de LisboaURL

GANDAVO, Pero Magalhães de. "Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portuguesa", 1574. Biblioteca Nacional de Lisboa.

OLIVEIRA, Fernão de. "Grammatica da lingoagem portuguesa", 1532. Biblioteca Nacional de Lisboa.

EISENSTEIN, Elisabeth. A Revolução da Cultura Impressa. São Paulo: Ática, 1998.

Sumário:

1 Os 'ciclos de expansão' da Língua Portuguesa (segundo Castro, 2004)

2 1385-1580: Consolidação e expansão do território português

3 O processo de 'elaboração da língua'

4 A 'elaboração da língua' nas primeiras gramáticas do português

5 O "processo de elaboração da língua" e o advento da imprensa

1 Os ‘ciclos de expansão’ da Língua Portuguesa (segundo Castro, 2004)

Ivo Castro afirma que a história da língua portuguesa é fundamentalmente marcada por sucessivos ciclos de expansão que refletem “*a história da ocupação do território, a formação do estado e os grandes movimentos da nação*”:

O primeiro movimento a considerar pode ser apresentado como uma **transplantação inicial da língua**, que parte de sua área inicial na Gálcia Magna para se derramar pelo resto do território europeu, onde se sobrepõe ao árabe que as populações reconquistadas falavam. O segundo movimento, igualmente para o sul, consiste em um salto para fora da Europa. Com as Descobertas, a língua instala-se em ilhas atlânticas desabitadas, nos litorais africano e asiático que ofereciam suporte às rotas marítimas, e ainda no litoral brasileiro.(...)

Estes dois movimentos sucessivos de crescimento da língua portuguesa permitem-nos reconhecer a presença e a acção de dois ciclos evolutivos, separados por uma cesura no séc. XV:

- a) o **ciclo da Formação da Língua, que decorre entre os sécs. IX e XV na esteira da Reconquista do território dos árabes**; os povos do norte transplantaram a sua língua para o sul, onde ela se transformou pelo contacto com a língua local e ganhou, a partir do séc. XV, ascendente sobre os dialectos do norte, tornando-se base de uma norma culta de características meridionais, que seria vista como a língua nacional;
- b) o segundo ciclo é o da Expansão da Língua: o período do séc. XV a inícios do séc. XVI é aquele em que a língua mais radicalmente se transfigura. Enquanto se reestruturava e consolidava dentro de portas, a língua portuguesa começa a expandir-se para fora da Europa, pelo que, a partir de então, é preciso distinguir entre português europeu e português extra-europeu.

O ciclo da Formação desenrola-se a partir da introdução de algumas mudanças muito extensas na língua falada no território inicial da Galécia Magna, língua que, entre os sécs. V-VII, era ainda uma variedade de latim oral. Simplificando, diremos que duas consoantes muito frequentes iniciam um processo de apagamento quando se encontram em posição intervocálica, o que teve como consequência que todas as palavras que as possuíam mudaram drasticamente de aspecto sonoro. (...) Estes dois fenómenos semelhantes produziram-se apenas **Essa diferença entre a língua da Galécia Magna e as suas vizinhas mais chegadas talvez tenham sido o acto de nascimento da nossa língua** na Galécia Magna e afectaram o latim aí falado, que passou assim a distinguir-se tanto do latim falado no centro da Península, que daria origem ao castelhano e ao leonês, como do latim falado a sul, na Lusitânia., a que, por respeito pela área em que ocorreu, se pode chamar galego-português. (Castro, 2004:84-85).

Quadro Geral dos “Ciclos do Português” (a partir de Castro, 2004):

até séc. XII	Período Pré-literário:	<i>Reclusão na Gálcia Magna</i>
sécs. XIII - XIV	Português Antigo	<i>Ciclo da Formação da Língua: Transplantação para o Centro-Sul</i>
sécs. XV - XVII	Português Médio:	<i>Ciclo da Expansão e Elaboração da Língua</i>
sécs. XVIII >	Português Moderno	

1.2 O 'Ciclo de Formação da Língua' e sua documentação (Recapitulando...)

<i>Marcos históricos</i>	<i>Marcos da documentação</i>
<p>1139-1250</p> <p><i>Fundação do reino:</i> 1139: Batalha de Ourique 1179: Bula de Alexandre III</p> <p><i>Batalhas da 'Reconquista':</i> 1064: Tomada de Coimbra, 1147: Tomada de Lisboa, 1168: Tomada de Évora</p> <p><i>Estruturação da administração régia:</i> 1211: Fundação da Chancelaria Régia</p>	<p><i>Produção primitiva</i> (anteriores a 1250)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Notícia do Torto (1214-16) • Testamento de D. Afonso (1214)
<p>1250-1385</p> <p><i>Definição das fronteiras:</i></p> <p>1249: Fronteira sul: tomada de Faro 1279: Fronteira oriental: Tratado de Alcanices</p> <p><i>Deslocamento do centro de poder do norte para o centro-sul:</i></p> <p>1255: Lisboa decretada capital do reino</p> <p><i>Reinado de D. Dinis (1279-1325) e o impulso à escrita em português</i></p> <p>1279: Decreto do uso do português na Chancelaria Real</p> <p><i>Consolidação da burocracia de estado</i></p> <p>1378: Fundação do Arquivo da Torre do Tombo</p> <p><i>Crise dinástica e fundação da dinastia de Avis ('Revolução de Avis'):</i> 1385: Batalha de Aljubarrota</p>	<p><i>Documentos jurídicos</i> (~ 1250 em diante)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Documentos da Chancelaria de Dom Afonso III – Leis Gerais e Inquirições: <ul style="list-style-type: none"> 1255 2 docs. 1260 1 1266 1 1269-1279 22 (cf. Castro, 2004) • Documentos notariais particulares <p><i>Produção Poética</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Cancioneiro Religioso e Cancioneiro Profano (<i>Cancioneiro da Ajuda</i>, ~1275) <p><i>Documentos jurídicos</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Documentos da Chancelaria de D. Diniz: 1291-1295, 542 diplomas; no total, 2950 atos (cf. Gomes, 2013) <p><i>Prosa Literária e Não-literária</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Ciclo do Graal - Matéria da Bretanha (<i>Livro de José de Arimatéia</i>, ~1314, cp.1544) • Historiografia (<i>Crónica Geral da Espanha</i>, 1344) • Nobiliários (<i>Livro das Linhagens de D. Pedro</i>, ~1357)

2 1385-1580: Consolidação e expansão do território português



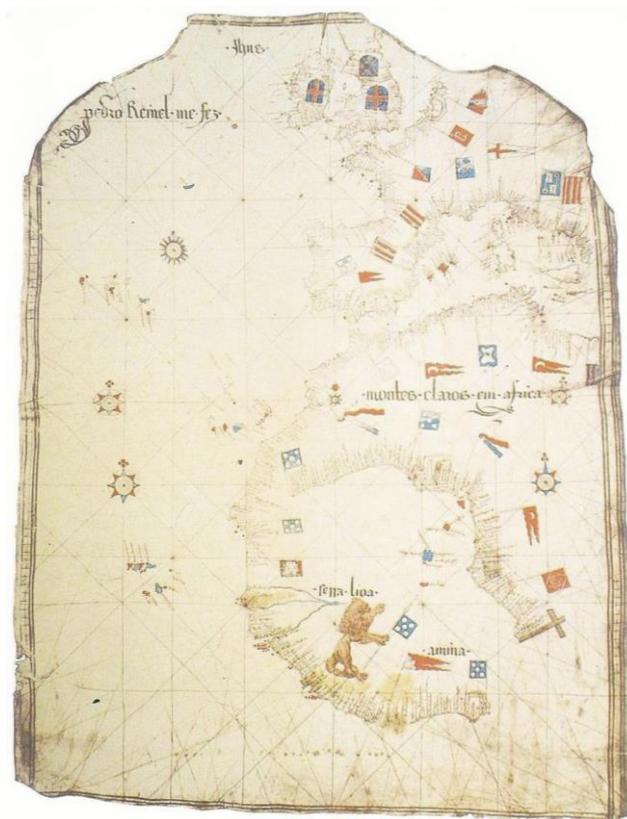
ICON.: Batalha de Aljubarrota, 1384.

Fonte: *Anciennes et nouvelles chroniques d'Angleterre*, c 1470-c 1480.
British Library, Royal MS 14 E - IV.

<http://www.bl.uk/manuscripts/>

A “reconquista” não é a última batalha na formação do território português: no século XIV, o reino lutará pela consolidação de seus limites com o reino vizinho, Castela - processo que culmina na chamada "crise dos 1380". Os primeiros cronistas portugueses (marcadamente Fernão Lopes) darão muito destaque à consolidação do território contra os castelhanos, que aparece como uma "refundação" do reino.

A partir daí, a expansão territorial se dará para fora do continente.



MAPA: Portulano de Jorge de Aguiar (Lisboa, 1492).

Fonte: *Biblioteca Beinecke, Yale; PMC.*

https://en.wikipedia.org/wiki/File:Jorge_Aguiar_1492_MR.jpg

A crise de 1383 e a fundação da dinastia de Avis

Para uma cronologia das dinastias portuguesas, cf <http://www.casarealportuguesa.org/>

Dinastia Afonsina (1143, Afonso Henriques - 1383)

Dinastia de Avis (1385, D. João I -1580, D. Antonio)

Os Avis, o “amor da terra” e seu cronista maior



O cerco de Lisboa nas crônicas de Jean Froissart.

Fonte: *Museu Virtual da Almada*,
<https://almada-virtual-museum.blogspot.com.br/>

António Saraiva, 1995:

“A nova dinastia resultara de um golpe de estado apoiado numa insurreição popular, que culminou nas Cortes de Coimbra de 1385, em que D. João, mestre de Avis, foi eleito rei. D. João deveu esta eleição ao facto de ter assumido a chefia do movimento popular que rejeitava o legítimo herdeiro do trono, D. João de Castela, casado com a filha do falecido D. Fernando. Pesava portanto um labéu de ilegitimidade sobre a nova dinastia e a missão principal de Fernão Lopes, como cronista da corte, era justificá-la. (...)

A nobreza, fiel a este direito tradicional, dividiu-se entre o candidato castelhano e outro D. João, filho suposto legítimo de D. Pedro, que estava homizado em Castela e que lá fora preso. Segundo o direito tradicional, o mestre de Avis estava em último lugar na cauda dos candidatos ao trono. Mas tinha a seu favor, no sentimento popular, o ter acaudilhado a revolta de Lisboa contra a rainha viúva D. Leonor, que era odiada não só por uma parte da nobreza, mas também pelo povo da cidade, com quem defendeu Lisboa contra o rei de Castela, que lhe pusera cerco em 1384.

Perante a alternativa posta em 1383, a nobreza, como é natural, manteve-se fiel ao direito tradicional, o que, neste caso aprticular, equivalia a aderir ao rei de Castela. Não significava isso, do seu ponto de vista, qualquer traição ou felonía. A Espanha era toda uma, como o mostrava a *Cronica Geral da Espanha* de 1344 ou o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, e laços de família, reforçados pela camaradagem de armas na luta contra os Mouros, constituíam as malhas do tecido de toda a nobreza hispânica.

Mas as populações locais não o sentiam assim. O seu horizonte era a terra onde nasceram, a comunidade local e outras comunidades semelhantes pela língua e costumes, os locais de trabalho e negócio, os lugares da infância, do sofrimento, das alegrias e da morte. É a este complexo que Fernão Lopes vai chamar "o amor da terra". E é sobre este sentimento que se funda o direito novo, sem nome, de recusar um senhor que não seja da terra. Designá-lo-emos "direito de naturalidade", ou direito nacional.

Concretamente, enquanto o alcaide de um castelo devia fidelidade ao senhor que legitimamente lhe entregava as chaves, ou aos seus sucessores, legítimos herdeiros do domínio do castelo, segundo uma hierarquia vertical, a população da vila, isto é, os homens livres, lavradores, mercadores ou artesãos, sentiam-se, pelo contrário, irmanados na defesa de um espaço, de uma língua e de uma tradição local comum dentro dos quais se tinham criado e só estavam ligados ao senhor, mais ou menos submissamente, em todo o caso passivamente, por mera imposição de força.

Os acontecimentos de 1383 puseram a claro esta oposição. O direito de naturalidade com o nome de Portugal e o direito senhorial com o nome de Castela afrontaram-se claramente; e,

como este se identificava com o grupo governante, toda a autoridade apareceu odiosa aos homens das vilas, e, por contágio, a muitos camponeses pobres. Assistiu-se então a um acontecimento de grande valor simbólico: a demolição dos castelos pelo povo das vilas, uma espécie de premonição da demolição da Bastilha, em França.

O debate entre os dois direitos correspondia não só à oposição entre Portugal e Castela, mas também à oposição entre dominados e dominadores, e unia num mesmo vínculo, por um lado, os fidalgos, fosse qual fosse seu lugar na cadeia de vassalagem, e por outro, os não fidalgos, fosse qual fosse seu estatuto económico. A ocasião fulgurante esbateu os particularismos característicos da sociedade medieval e tornou clara a linha divisória fundamental: os que possuíam a terra e os que eram possuídos como parte deste patrimônio. (...)

Ao lermos Fernão Lopes, encontramos que o direito de naturalidade era usado como argumento mesmo entre fidalgos. (...) Como se vê pelo texto, "ser verdadeiro português", ter amor à terra e não desejar sua destruição, é uma razão "decoração", um sentimento natural. (...)

Justificar a legitimidade do fundador da dinastia de Avis obrigava, portanto, o cronista a justificar o direito novo, o direito de naturalidade, que era sentido sobretudo na massa do povo não nobre. As crônicas de Fernão Lopes são a narração deste grande movimento que levou os povos do Reino a imporem seu direito contra a hierarquia senhorial, narração que está repassada de afectividade e entusiasmos e que em si mesma é uma justificação.”

(Saraiva, 1995:168-170)



... outra coufa gera ainda esta conformidade, & natural inclinação, se gundo sentença de alguns que o pregoeiro da vida he a fome, recebendo refeição, para o corpo, o sangue, & espiritos gerados de tâtas ciandas, tẽ hũa tal semelhança antre os que caufa esta conformidade. Alguns outros tiueraõ, q' isto decia na femente, no tempo de geração, a qual dispoem por tal guisa aquello, q' della he gerado, que lhe fica esta conformidade, tambem acerca da terra, como de seus diuidos, & ao que parece que o sentio Tulio, quando veio a dizer. **Nós não fomos nados a nós mesmos, porque hũa parte de nós tem a terra, & a outra os parentes.**

Trecho do Prólogo da Crônica de D. João I, Fernão Lopes. Fonte: Fac-simile: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, "Tesouros". <http://ttonline.dgarr.gov.pt/>; Minha transcrição.

FAC-SIMILE: Crônica de D. João I, Fernão Lopes – Prólogo.
Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo;

3 O processo de ‘elaboração da língua’

A expansão para o centro-sul e o deslocamento da norma

A principal consequência das características do processo de formação do reino português originalmente na porção noroeste da Península e do processo de “transplantação” da língua portuguesa para o novo espaço do reino, em direção ao centro-sul, pode ser vislumbrado no seguinte texto de Paul Teyssier (2006):

A invasão muçulmana e a Reconquista são acontecimentos determinantes na formação de três línguas peninsulares — o galego-português a oeste, o castelhano no centro e o catalão a leste. **Estas línguas, todas três nascidas no Norte, foram levadas para o Sul pela Reconquista.** Nas regiões setentrionais, onde se formaram os reinos cristãos, a influência lingüística e cultural dos muçulmanos tinha sido, evidentemente, mais fraca que nas demais regiões. No Oeste em particular, a marca árabe-islâmica é muito superficial ao norte do Douro, ou seja, na região que corresponde hoje à Galícia e ao extremo norte de Portugal. À medida que se avança para o sul, ela vai se tornando mais saliente, sendo profunda e duradoura do Mondego ao Algarve. Foi na primeira destas regiões, ao norte do Douro — tendo talvez como limite extremo o curso do Vouga, entre o Douro e o Mondego —, que se formou a língua galego-portuguesa, cujos primeiros textos escritos aparecem no século XIII.

No caso do português, em particular, este fato importante da história ibérica em geral une-se a uma segunda circunstância muito particular: a transferência da corte para Lisboa – portanto, **para o coração do território ‘reconquistado’** - em meados do século XIII. Isto terá consequências importantíssimas na formação de uma norma linguística ao longo dos séculos seguintes: a norma portuguesa tem como pólo sociodialetal o centro-sul do reino (i.e., uma parte território ‘reconquistado’). Esse processo se reveste de problemas complexos, entre eles o chamado processo de “elaboração da língua”.

Ivo Castro, *Introdução à história da língua portuguesa*, 2004:

(...) “Discute-se se o galego e o português fizeram caminho juntos durante muito ou pouco tempo. (...) Como seria na Idade Média? Os trovadores - galegos, portugueses e castelhanos - escreviam todos na mesma língua, mas era uma língua artificial e não necessariamente a língua que cada um falava. Nessa língua literária, (...), não se observam traços que apontem para uma separação regional, mas dificilmente os poetas, ao falar, usariam dessa língua unificada. Pode ser que o galego e o português já estivessem a se separar. **De qualquer forma, a sua separação definitiva ocorreu no final do ciclo em exame, através de um episódio intercalar de elaboração da língua, processo coincidente e decerto relacionado com as grandes alterações sociais e políticas já referidas.** (...) Enquanto o centro-sul se torna cada vez mais influente, o norte de Portugal perde o estatuto de berço do reino e passa a ser visto como uma província distante. E a Galiza, com a qual tem as maiores afinidades, torna-se ainda mais distante. As transformações que o português então sofre afastam-no da matriz medieval galego-portuguesa (...). **Na soma dessas mudanças reconhece-se um processo de elaboração linguística, um acto de recusa das origens com o qual a língua portuguesa atinge o fim do seu período de formação e de crescimento, que precede um pouco o final da Idade Média**”. (2004:86-87)

Esperança Cardeira, *O Essencial sobre a história do Português*, 2006:

“Desde os finais do século XIV e ao longo dos séculos XV e XVI, a sociedade sofre,

pois, profundas alterações. Inicia-se uma nova dinastia, que chama a si a cultura, e mudam as classes que detêm o poder; a corte, até então itinerante, fixa-se na área centro-meridional, terra reconquistada e repovoada, lugar de encontro de gentes e dialectos; o país consolida-se dentro e fora da Península; a imprensa permite uma maior difusão do pensamento e a produção literária em Português aumenta e torna-se mais acessível; surgem as primeiras gramáticas, inaugurando a reflexão lingüística e abrindo caminho à normalização e ao ensino da língua. A evolução da língua não poderia deixar de acompanhar toda essa dinâmica: concretizam-se mudanças lingüísticas iniciadas nos séculos anteriores, extinguem-se características do Português Antigo, a língua sofre um processo de elaboração e começa a fixar-se uma norma”

Fernando Vasquez Corredoira, *A Construção da língua portuguesa frente ao castelhano*, 1998:

“As profundas transformações económicas, demográficas e culturais, início de uma sociedade urbana e mercantil, que se desenvolvem na derradeira fase da Idade Média, geram a emergência de novas camadas sociais que buscam dotar-se de expressão própria que as distinga. Nasce, então, em certos grupos de *notáveis a vontade de inventar uma língua*, prestigiosa como o latim”. (1998:23)

“**Codificar** (ou gramaticalizar) e **elaborar** significa, entre outras coisas, operar na língua escolhida uma formalização que tenda, idealmente, a torná-la unitária. É intervir culturalmente na língua, considerada, portanto, objeto sobre o que se pode e deve agir conscientemente a fim de plasmar conforme ao modelo visado. É o que os gramáticos renascentistas exprimem ao falarem de uma língua *sujeita a arte* (1998: 26). Os primeiros gramáticos portugueses, como os seus contemporâneos de outras terras, ocupados de preferência em *codificar ortograficamente* e **nobilitar** o vernáculo do Reino, não se cuidam muito de reprovar determinados usos (embora não falem propostas corretoras). Daí que os listados de vocábulos a preferir, confrontados com aqueles a evitar, sejam de reduzida extensão. Posteriormente (séculos XVII e XVIII), observa-se que aumenta a atenção correctora dirigida a reprimir as formas ruins. (1998:58, meu grifo)

As gramáticas renascentistas, tem se dito inúmeras vezes, são consequência e instrumento de um ideal expansivo tanto funcional como espacial. Menos se tem notado o seu papel na **marcação da fronteira**. Face ao *continuum* dialectal da oralidade, impreciso, de transições insensíveis, a codificação da língua ligada ao centro de poder, impondo limites certos, **define um espaço** (o do *próprio* frente ao *outro*, o do *nós* face ao *eles*). Significativamente, as primeiras gramáticas vulgares são contemporâneas ao desenvolvimento dos estudos cartográficos e ao traçado de uma linha de alfândega a determinarem exactamente a fronteira entre os reinos. A codificação lingüística em todos os seus aspectos, nomeadamente no ortográfico, actua, assim, em paralelo, contribuindo para construir a diferença. (1998: 33)

A escassa distância lingüística entre o português e o castelhano surge como uma dificuldade a mais no esforço persuasivo. (...) Os autores portugueses têm consciência de que tão estreita semelhança lingüística representa uma **ameaça para a nobilitação da língua**, porquanto podia questionar-lhe a autonomia" (1998:51)

"É ponto assente que a norma-padrão portuguesa se constitui sobre as bases dos falares da região centro-sul. É neste território que se situa a Universidade, o mosteiro de Alcobaça, a Corte, e o "centro político da nação". Desde cedo, Lisboa torna-se o principal pólo económico e a capital política do Reino. A expansão ultramarina acentua ainda a sua posição dominante no conjunto do país. A hipertrofia lisboeta, notam geógrafos e historiadores, é elemento fundamental na estruturação de Portugal". (1998:57).

Retomando...

A produção frequente de documentos em português é conhecida a partir da segunda metade do séc. XIII: em 1255 começam a ser escritos em português alguns dos documentos saídos da chancelaria de Afonso III, embora uma parte se mantenha em latim, e é só em **1279, com D. Dinis, que se torna sistemático o uso do português como língua dos documentos emanados da corte**, uso que progressivamente é imitado pelos restantes centros produtores. (...)

Ou seja: na verdade é apenas nos dez últimos anos do reinado de Afonso III, e precedendo a sua oficialização no reinado seguinte, que se alarga e consolida o uso escrito da língua portuguesa nos documentos do governo, após experiências que têm de ser consideradas como esporádicas. Como, afinal, todas as outras experiências anteriores de que temos tido conhecimento. (Castro, 2004)

D. Dinis teve um longo reinado e uma chancelaria muito produtiva. Não dispomos de números absolutos que nos permitam apresentar os quantitativos de atos redigidos pela chancelaria deste soberano. O Livro II da sua chancelaria, já mencionado, arrolando atos sobremodo para os anos de 1291 a 1295, posto que com alguns diplomas de anos anteriores e posteriores, compila um total de 542 diplomas. Bernardo Sá Nogueira referenciou um corpo documental dionisino, nos livros de registo da chancelaria deste monarca, composto por **2950 atos**. O mesmo autor contabilizou 1343 apresentações de clérigos em igrejas de padroado real para os anos de 1279 a 1321. No antigo cartório do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, hoje na Torre do Tombo, de todos os reis medievais portugueses, é D. Dinis o que mais se documenta em número de diplomas subsistentes. (Gomes, 2013)

O reinado dionisino foi suficientemente longo para que o monarca português pudesse concretizar uma sequência de iniciativas e de actos políticos que permitiram fixar e institucionalizar alguns dos aspectos fundamentais do país nos 700 anos seguintes. Em termos de política externa há que destacar a assinatura do Tratado de Alcanices em 1279; em termos de política interna, o impulso dado a aspectos do desenvolvimento económico do reino, **a criação dos Estudos Gerais em 1290**, a nacionalização das Ordens militares, com a criação da Ordem de Cristo, o lançamento das bases de uma verdadeira administração interna contextualizada pela difusão crescente da influência do direito romano, que será factor fundamental para a estruturação do Estado e para o progressivo afastamento de uma configuração estritamente senhorial, como se tornará mais evidente no séc. XV. (...)

Este movimento deve ser visto na sua sequência histórica. D. Afonso III seguiu uma estratégia de domesticação da fidalguia, favorecendo uma nobreza de corte, submissa e fiel, aspecto com que de certeza se devem relacionar tanto o impulso dado ao cultivo da poesia galego-portuguesa, agora cada vez mais acolhida na corte do rei, ao invés do que sucedera até então, como a tradução para português da Demanda do Santo Graal, toda ela imbuída de dimensões doutrinárias das quais a menor não terá sido certamente o exemplo da corte arturiana, onde o rei aparecia servido por uma aristocracia guerreira submissa. Mas o interessante é notar que, se em 1319 [?] o infante D. Afonso incluía no seu grupo de apoiadores elementos da fidalguia de corte, da segunda ou terceira nobreza e sobretudo filhos segundos ou bastardos, nomeadamente da área a norte do Mondego, D. Dinis aparece-nos buscando o apoio dos concelhos por um lado e, por outro, de alguns elementos de uma fidalguia menor, mas que tem a característica de **se centrar na área de Lisboa**. (Osório, 1993)

O problema do ‘Galego-português’

A invasão muçulmana e a Reconquista são acontecimentos determinantes na formação de três línguas peninsulares — o galego-português a oeste, o castelhano no centro e o catalão a leste. **Estas línguas, todas três nascidas no Norte, foram levadas para o Sul pela Reconquista.** Nas regiões setentrionais, onde se formaram os reinos cristãos, a influência lingüística e cultural dos muçulmanos tinha sido, evidentemente, mais fraca que nas demais regiões. No Oeste em particular, a marca árabe-islâmica é muito superficial ao norte do Douro, ou seja, na região que corresponde hoje à Galícia e ao extremo norte de Portugal. À medida que se avança para o sul, ela vai se tornando mais saliente, sendo profunda e duradoura do Mondego ao Algarve. Foi na primeira destas regiões, ao norte do Douro — tendo talvez como limite extremo o curso do Vouga, entre o Douro e o Mondego —, que se formou a língua galego-portuguesa, cujos primeiros textos escritos aparecem no século XIII. (Teyssier, 2006).

Discute-se se o galego e o português fizeram caminho juntos durante muito ou pouco tempo. (...)

Como seria na Idade Média? Os trovadores - galegos, portugueses e castelhanos - escreviam todos na mesma língua, mas era uma língua artificial e não necessariamente a língua que cada um falava. Nessa língua literária, (...), não se observam traços que apontem para uma separação regional, mas dificilmente os poetas, ao falar, usariam dessa língua unificada. Pode ser que o galego e o português já estivessem a se separar.

De qualquer forma, a sua separação definitiva ocorreu no final do ciclo em exame, através de um episódio intercalar de elaboração da língua, processo coincidente e decerto relacionado com as grandes alterações sociais e políticas já referidas. (...)

Enquanto o centro-sul se torna cada vez mais influente, o norte de Portugal perde o estatuto de berço do reino e passa a ser visto como uma província distante. E a Galiza, com a qual tem as maiores afinidades, torna-se ainda mais distante. As transformações que o português então sofre afastam-no da matriz medieval galego-portuguesa (...).

Na soma dessas mudanças reconhece-se um **processo de elaboração linguística, um acto de recusa das origens** com o qual a língua portuguesa atinge o fim do seu período de formação e de crescimento, que precede um pouco o final da Idade Média. (Castro, 2004:86-87, grifo meu)

Vasquez Corredoira, 1998:

É ponto assente que a norma-padrão portuguesa se constitui sobre as bases dos falares da região centro-sul. É neste território que se situa a Universidade, o mosteiro de Alcobaça, a Corte, e o “centro político da nação”. Desde cedo, Lisboa torna-se o principal pólo económico e a capital política do Reino. A expansão ultramarina acentua ainda a sua posição dominante no conjunto do país. A hipertrofia lisboeta, notam geógrafos e historiadores, é elemento fundamental na estruturação de Portugal. (Corredoira, 1998:57).

As camadas dialetais ‘norte-sul’ – alguns exemplos (Recapitulando...)

A variação [b]~[v]



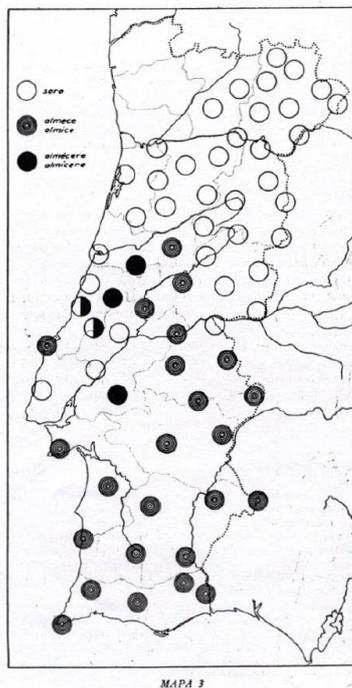
A variação entre [b] e [v] é um aspecto que marca a divisão básica da região do galego-português como um todo entre sua parte do **norte e centro** – incluindo a região da atual Galiza e o norte e o centro de Portugal – e sua parte mais ao **sul**. Nos dialetos setentrionais e centrais, a pronúncia predominante é [b]; nos meridionais, há variação com [v]; na norma estabelecida, [v] (exemplos: *vassoura*, *varrer*).

FIGURA 1. MAPA: Distribuição das variantes [b]/[v] - [v]asoira / [b]asoira

Fonte: *Atlas Lingüístico del Gallego, Tablón de mapas de las soluciones territoriales gallegoportuguesas. Mapa 2, [b]/[v]*. Iberolingua,

http://www.iberolingua.com/pagines_mapes/mapes_atles/pagines_mapes_atles_gallec/tem_comparacio_morfologia_4_es.htm

Variações lexicais

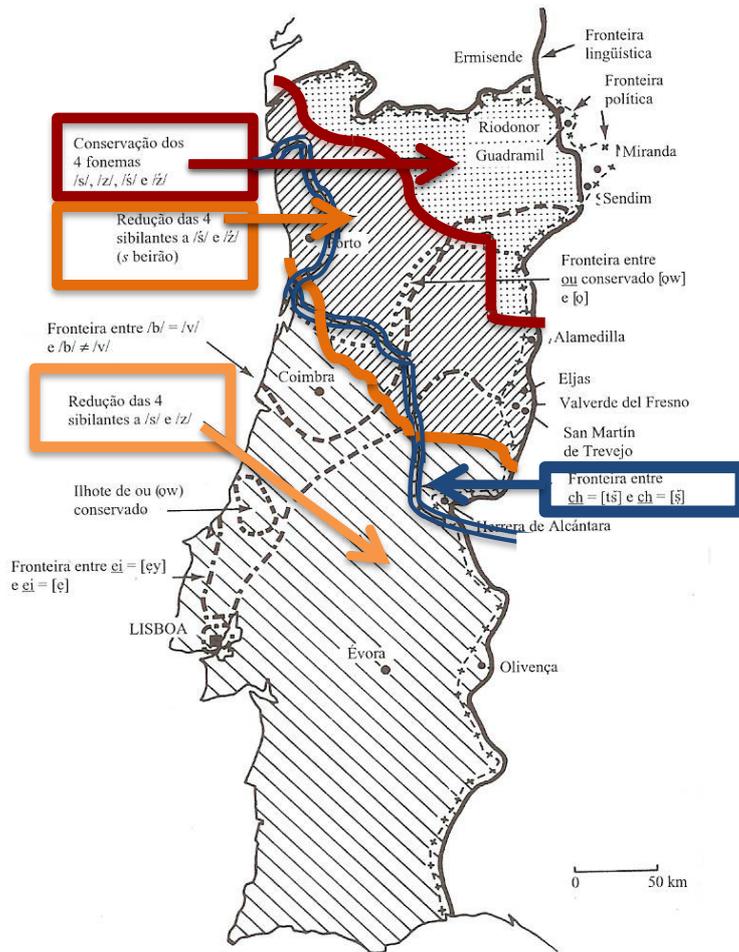


A variação nos itens lexicais ‘soro’ e ‘almócer’, conforme registrada por Cintra em 1962, mostra uma separação entre o **norte** de Portugal de um lado e o **centro-sul** de outro (neste caso, sem incluir a região da Galiza no mapa; mas, aí, também, ‘soro’).

FIGURA 2. MAPA: Distribuição das variantes ‘soro’ vs. ‘almócer’/‘almócere’.

Fonte: L. Cintra, ‘Áreas lexicais no território português’ (1962), Mapa 3.

O quadro das sibilantes



A pronúncia das sibilantes separa a área linguística do galego-português em três zonas dialetais básicas: a porção do Galego, a do norte de Portugal, e a do centro-sul de Portugal (refletindo perfeitamente a proposta de Cintra, 1971). A região do norte de Portugal aparece como uma ‘zona intermediária’ entre os dialetos galegos e os dialetos portugueses centro-meridionais.

FIGURA 3. MAPA: Fronteiras dialetais portuguesas; destaque para a pronúncia das sibilantes. Fonte: Teysier (1980), Mapa 2, p. 9. Adaptado.

Quadro: Explicitação dos fenômenos relativos às sibilantes no mapa ‘Fronteiras dialetais portuguesas’

	(surdas)	(sonoras)		
1) Dialetos galegos	/s/ /s'~/~θ/	passo: pa[s]o rosa: ro[s']a caça: ca[θ]a fazer: fa[θ]er	Ø	
	/ʃ/ /tʃ/	enxada: en[ʃ]ada hoje: ho[ʃ]e chuva: [tʃ]uva	Ø	
2) Dialetos portugueses do norte	/s/ /s'/	passo: pa[s]o caça: ca[s']a	/z/ /z'/ /ʒ/ /dʒ/	rosa: ro[z]a, casa: ca[z']a hoje: ho[ʒ]e jóia: /dʒ/oia
3) Dialetos portugueses do centro-sul	/s/ /ʃ/	passo: pa[s]o caça: ca[s]a enxada: en[ʃ]ada chuva: [ʃ]uva	/z/ /ʒ/	rosa: ro[z]a casa: ca[z]a hoje: ho[ʒ]e jóia: [ʒ]oia

Quadro-Resumo (reconstrução diacrônica do quadro das sibilantes)

	(<i>latim</i>)	Hipóteses de mudanças anteriores à documentação escrita	I Período de documentação escrita inicial (séc. XIII)	II Documentação clássica (XVI)	<i>grafias modernas</i>
Palatalizações de velares e dentais latinas:					
[k]_i,e > *[tj] > [ts] > [s]	[k], CIVITATE CENTO	>*[tj], *[tj]dade, *[tj]ento	> [ts], [ts]idade [ts]ento	> [s], [s]idade [s]ento	<c>, <i>cidade</i> <i>cento</i>
[g]_i,e > *[dj] > [dʒ] > [ʒ]	[g], GENTEM	>*[dj], *[dj]ente	> [dʒ], [dʒ]ente	> [ʒ], [ʒ]ente	<g>, <i>gente</i>
[t]_i,e > *[tj] > [ts] > [s] *[dj] > [dʒ] > [ʒ]	[t], PRETIUM PRETIARE	>*[tj], *pre[tj]um >*[dj], *pre[dj]are	> [ts], pre[ts]o > [dʒ], pre[dʒ]ar	> [s], pre[s]o > [z], pre[z]ar	<ç>, <i>preço</i> <z>, <i>prezar</i>
[d]_i,e > *[dj] > [dʒ] > [ʒ]	[d], HODIE	>*[dj], *ho[dj]e	> [dʒ], ho[dʒ]e	> [ʒ], ho[ʒ]e	<j>, <i>hoje</i>
Palatalizações de sibilantes latinas:					
[s]_y > [ʒ] [s]_e > [j]	[s], BASYUM RUSSEUM		> [ʒ], bei[ʒ]o > [j], ro[j]o	> [ʒ], bei[ʒ]o > [j], ro[j]o	<j>, <i>beijo</i> <x>, <i>roxo</i>
Palatalizações de grupos consonantais latinos:					
[pl] > *[plj] > [ʃ] > [j] [kl] > *[klj] > [ʃ] > [j] [fl] > *[flj] > [ʃ] > [j]	[pl], PLUVIA [kl], CLAMARE [fl], FLAMMA	> *[plj], *[plj]uvia > *[klj], *[klj]amare > *[flj], *[flj]amma	> [ʃ], [ʃ]uva [ʃ]amar [ʃ]ama	> [j], [j]uva [j]amar [j]ama	<ch>, <i>chuva</i> <i>chamar</i> <i>chama</i>

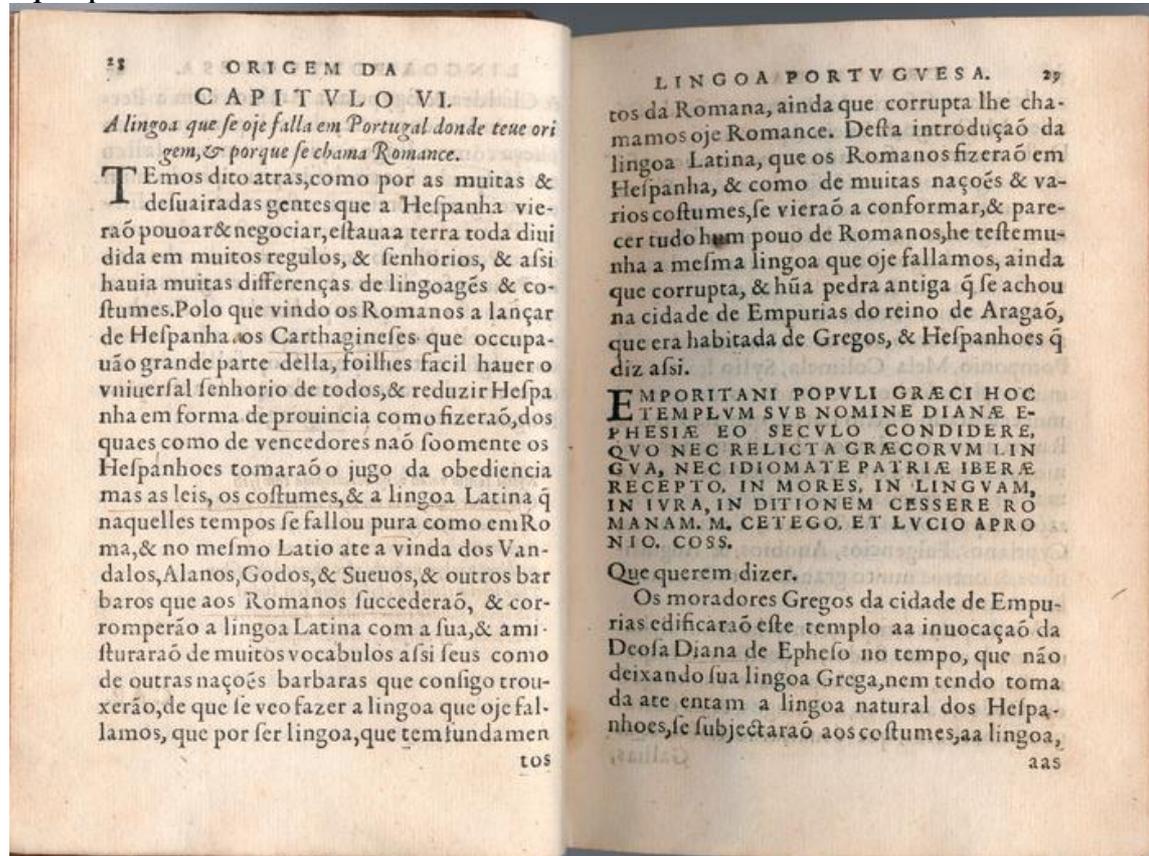
(Retomando o ponto III)

O latim depositou no galego-português, em todo território, uma distinção entre as sibilantes provenientes do *s* latino, consoante que era apenas surda mas que, na evolução posterior do latim falado, se desdobrou numa correspondente sonora, igualmente grafada com *s*, mas que corresponde ao fonema /z/ quando se encontra em posição intervocálica. Este par, de /s/ surdo e /z/ sonoro, era articulado durante o português medieval como fricativo áptico-alveolar, possivelmente pouco palatalizado. Por outro lado, no português medieval havia um par de consoantes derivadas de vários sons latinos, mas principalmente do *c*, pronunciado /k/. Esta consoante, quando seguida de vogal palatal [e] ou [i], transformara-se numa africada palatal [tʃ], (...), a qual despalatalizou para uma africada predorso-dental [ts], por sua vez desdobrada numa correspondente sonora [dz]. No português medieval, este par [ts]/[dz], que correspondia às grafias *c* e *z*, com a variante *ç* para as surdas, sofreu um desfricamento (com perda do elemento oclusivo), e foxou-se no par de fricativas predorso-dentais /s/ e /z/, fonologicamente distintas das áptico-alveolares (...). Assim, era muito fácil distinguir pela pronúncia e pela escrita as palavras *servo* (criado) e *coser* (costurar) de *cervo* (veado) e *cozer* (cozinhar). Enquanto as primeiras tinham pronúncia apical, as sibilantes de *cervo* e *cozer* eram predorsais. **Foi nos dialectos do sul de Portugal** que teve início uma transformação, durante a Idade Média, conhecida com o nome de *sesseio*. O *sesseio* consiste na confusão entre as sibilantes apicais e predorsais, seguida da transformação das apicais em predorsais, ou, dito de outra maneira, o desaparecimento das apicais, passando as palavras que continham sibilantes apicais a serem produzidas com consoantes predorso-dentais. O *sesseio* generalizou-se no sul de Portugal e foi acolhido no Português padrão. (Castro 2004:29)

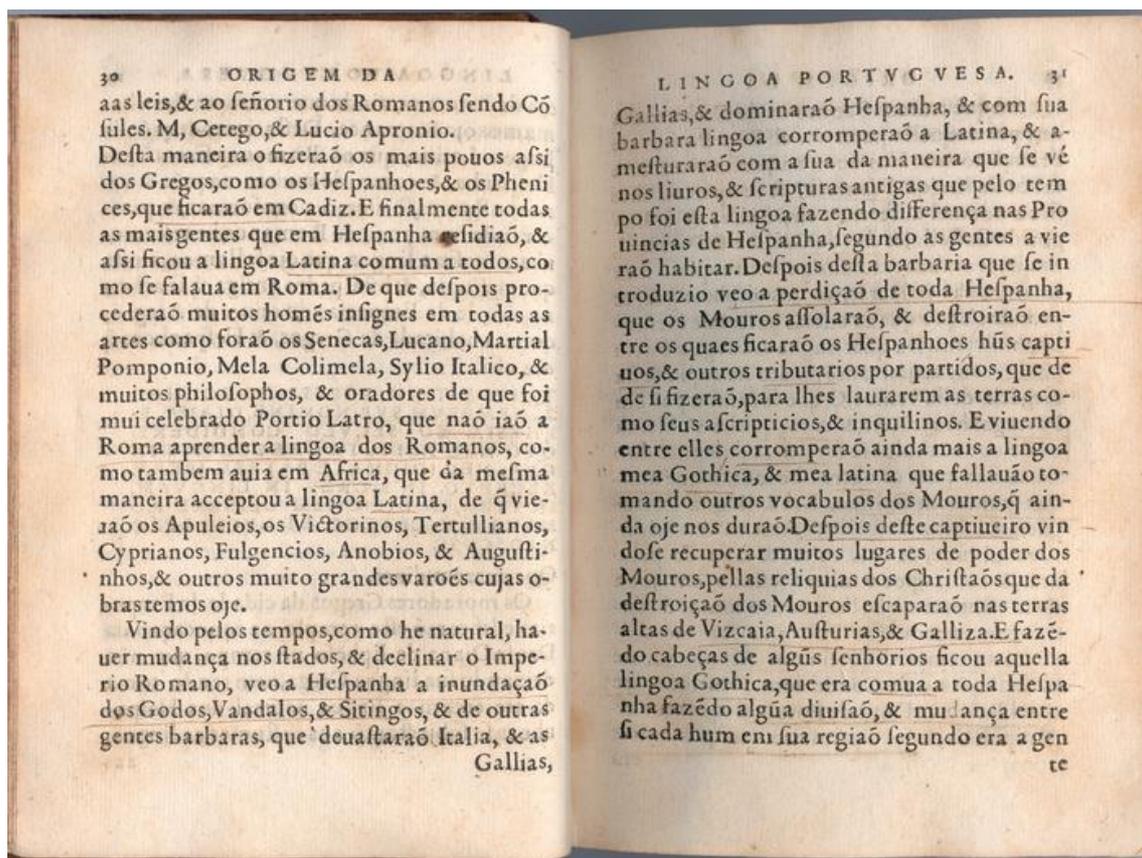
4 A 'elaboração da língua' nas primeiras gramáticas do português

Duarte Nunes de Lião, *Origem da Língua Portuguesa*, 1606

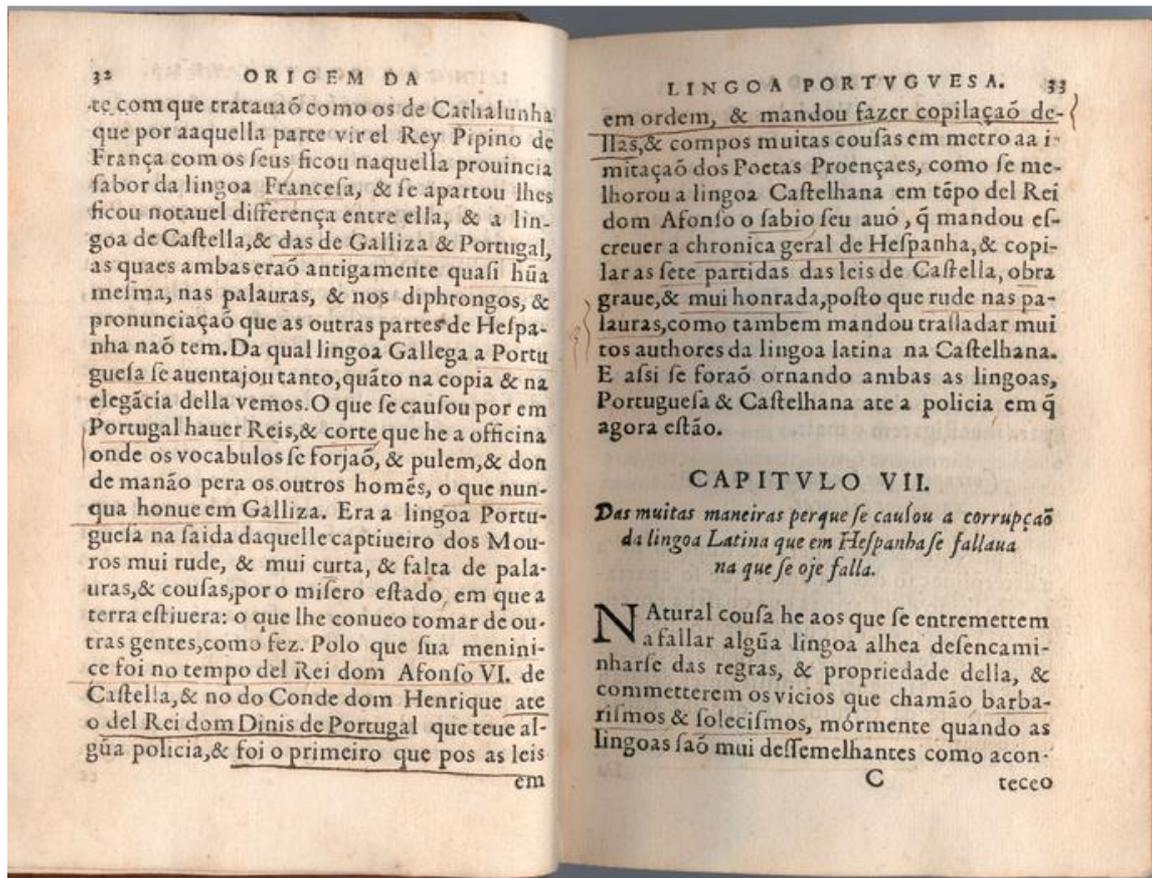
Capítulo VI. A Língua que se hoje fala em Portugal donde teve origem, e porque se chama Romance



“Temos dito atrás, como pelas muitas e desuairadas gentes que a Espanha vieram povoar e negociar, estava a terra toda dividida em muitos reinos e senhorios, e assim havia muitas diferenças de linguagens e costumes. Pelo que vindo os Romanos a lançar de Espanha aos Cartagineses que ocupavam grande parte dela, foi-lhes fácil haver o universal senhorio de todos, e reduzir Espanha em forma de província como fizeram, dos quais como de vencedores não somente os espanhóis tomaram o jugo da obediência mas as leis, os costumes, e a língua Latina, que naqueles tempos se falou pura como em Roma, e no mesmo Lácio, até a vinda dos Vândalos, Alanos, Godos e Suevos, e outros bárbaros que aos Romanos sucederam, e corromperam a língua Latina com a sua, e a misturaram de muitos vocábulos assim seus como de outras nações bárbaras que consigo trouxeram, de que se veio fazer a língua que hoje falamos, que por ser língua que tem fundamentos da Romana, ainda que corrupta lhe chamamos hoje Romance. Desta introdução da língua Latina, que os Romanos fizeram em Espanha, e como de muitas nações e vários costumes, se vieram a conformar, e parecer tudo um povo de Romanos, é testemunha a mesma língua que hoje falamos, ainda que corrupta”. (...)



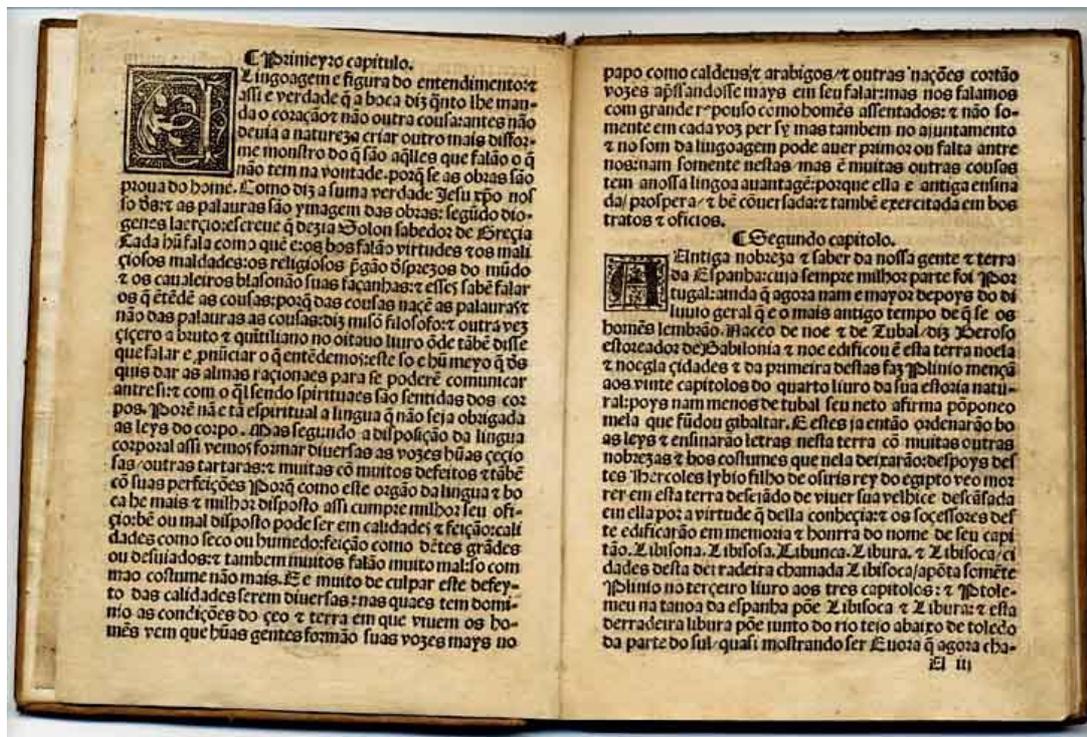
“Vindo pelos tempos, como é natural, haver mudança nos estados, e declinar o Império Romano, veio à Espanha a inundaçãõ dos Godos, Vândalos, e Sitingos, e de outras gentes bárbaras, que devastaram Itália, e as Gálias, e dominaram Espanha, e com sua bárbara língua corromperam a Latina, e a misturaram com a sua da maneira que se vê nos livros e escrituras antigas; que pelo tempo foi esta língua fazendo diferença nas Províncias de Espanha, segundo as gentes a vieram habitar. Depois desta barbária que se introduziu, veio a perdiçãõ de toda Espanha, que os Mouros assolaram, e destruíram, entre os quais ficaram os Espanhóis uns cativos, e outros tributários por partidos que de si fizeram, para lhes lavrarem as terras como seus ascrípticos, e inquilinos. E vivendo entre eles, corromperam ainda mais a língua meio Gótica e meio latina que falavam, tomando outros vocábulos dos Mouros, que ainda hoje nos duram. Depois deste cativeiro, vindo-se recuperar muitos lugares de poder dos Mouros, pelas relíquias dos Cristãos que da destruiçãõ dos Mouros escaparam nas terras altas de Viscaia, Astúrias e Galiza. E fazendo cabeças de alguns senhorios ficou aquela língua Gótica, que era comum a toda Espanha, fazendo alguma divisãõ e mudança entre si, cada um em sua regiãõ, segundo era a gente ...”



“... com que tratavam, como os de Catalunha que por àquela parte vir el Rei Pipino de França com os seus ficou naquela província sabor da língua Francesa, e se apartou lhes ficou notável diferença entre ela, e a língua de Castella, e das de Galiza e Portugal, as quais ambas eram antigamente quase uma mesma, nas palavras, e nos ditongos e pronunção que as outras partes de Espanha não tem. Da qual língua Galega a Portuguesa se avantajou tanto, quanto na cópia e na elegância dela vemos. O que se causou por em Portugal haver Reis, e corte que é a officina onde os vocábulos se forjam, e pulem, e donde manam para outros homens, o que nunca houve em Galiza.

Era a língua Portuguesa na saída daquelle catiueiro dos Mouros mui rude, e mui curta, & falta de palavras, e cousas, por o miserõ estado, em que a terra estivera: o que lhe conueio tomar de outras gentes, como fez. Polo que sua meninice foi no tempo del Rei dom Afonso VI, de Castela, e no do Conde dom Henrique até o del Rei dom Dinis de Portugal que teve alguma policia, e foi o primeiro que pos as leis em ordem, e mandou fazer compilação delas, e compôs muitas cousas em metro à imitação dos Poetas Provençais, como se melhorou a língua Castelhana em tempo del Rei dom Afonso o sábio seu avô, que mandou escrever a crônica geral de Espanha, e compilar as sete partidas das leis de Castela, obra grave, e mui honrada, posto que rude nas palavras, como também mandou traladar muitos autores da língua latina na Castelhana. E assi se foram ornando ambas as línguas, Portuguesa e Castelhana até a policia em que agora estão.” (Lião, 1606:30-33)

Antiga nobreza e saber de nossa gente e terra de Espanha, cuja sempre melhor parte foi Portugal



Fernão de Oliveira, *Gramatica da Linguagem Portuguesa*, 1536

Capítulo III. [Da nossa terra e gente].

É tanta a nobreza de nossa terra e gente que só ella com seu capitão Viriato pôde lançar os romanos da Espanha e segui-los até a sua Italia. E só esta nossa terra Portugal, na Espanha, quando os godos com seus costumes barbaros e viciosos perderam a Espanha, teve sempre bandeira nunca sojeita a mouros, mas muitas vezes contr'elles vitoriosa, como foi a do santo abade dom João de Montemor, o qual confessam todos que corria a terra dos mouros como d'imigos e não como de senhores. E esta é a verdade, que em Portugal sempre houve lugares e terras proprias dos christãos porque se assi não fora, que na Estremadura não houvera lugares de christãos, não se atrevera o abade João, que era homem prudente, a sair trás seus imigos por suas terras desses imigos por espaço de jornadas com pouca gente.

E os lugares de portugueses que ficaram em Portugal, posto que às vezes fossem vencidos como também às vezes eram vencedores, porque assi passa onde ha continoa guerra, todavia sempre tiveram capitão christão até o conde dom Anrique e el-rei dom Afonso Anriquez seu filho, o qual por autoridade apostolica foi feito rei não devendo nada a alguém, como com muita verdade afirma Rui de Pina 7 na Estorea del-rei dom Sancho, o primeiro deste nome. Aponte isto para que desta nossa propria e natural nobreza nos prezemos e não fabulizemos ou mintamos patranhas estrangeiras; e muito menos nos louvemos dos godos, porque elles perderam o que a virtude desta terra ensinou ganhar aos nossos.

Capítulo IV. [Da cultura e gloria da terra].

O estado da fortuna pode conceder ou tirar favor aos estudos liberaes. E esses estudos fazem mais durar a gloria da terra em que florecem, porque Grecia e Roma só por isto ainda vivem: porque quando senhoreavam o mundo mandaram a todas as gentes a elles sojeitas aprender suas linguas, e em ellas escreviam muitas boas doutrinas; e não somente o que entendiam escreviam nellas, mas também trasladavam par'ellas todo o bo que liam em outras. E desta feição nos obrigaram a que ainda agora trabalhemos em aprender e apurar o seu esquecendo-nos do nosso.

Não façamos assi; mas tornemos sobre nós, agora que é tempo e somos senhores, porque melhor é que ensinemos a Guiné ca que sejamos ensinados de Roma, ainda que ella agora tivera toda sua valia e preço. E não desconfiemos da nossa lingua porque os homens fazem a lingua, e não a lingua os homens. E é manifesto que as linguas grega e latina primeiro foram grosseiras; e os homens as poseram na perfeição que agora têm.

Antes se quiserdes ouvir as fabulas que elles contam eu vos farei parecer que primeiro souberam falar os homens da nossa terra, porque Vitruvio 8 diz no segundo livro dos seus Edificios que ajuntando-se os homens a hum certo fogo, o qual por acerto com grande vento se acendeo em matos, e ali conversando huns com outros souberam formar vozes e falar. E não dizendo elle onde foi este fogo, conta Diodoro Siculo no seisto livro da sua Biblioteca que foi nos montes Pireneus, os quaes são antre França e Espanha. E pois grammatica é arte que ensina a bem ler e falar, saibamos quem primeiro a ensinou e onde e como, porque também agora a possamos usar na nossa antiga e nobre lingua. (Oliveira, 1536:9-10; 88-89 da edição crítica).

Pero Magalhães de Gandavo, *Diálogo em defesa da língua portuguesa*, 1574:

(Falencio): La causa señor Petronio, de vuestra lengua ser juzgada por essa (no solo de todas las naciones del mundo, mas aun de los mismos Portugueses que la poseen) es por que en su principio como se puede ver en el language de algunas historias y cronicas antiguas de Portugal, usavan muchos vocabulos muy diferentes y improprios de su natural significación y origen. Y después conociendo los hombres por el tiempo adelante la impropriedad, y poca policia deste language, vinieron poco a poco **apurandolo con derivar y componer vocabulos** de diversas lenguas **ayuntandolos** ala suya: y asi con favor delas agenas **suplieron muchos defectos** que ella en si tenia. Por donde se no puede llamar verdadero Portugués el que agora en estos tiempos usais, sino el antiguo que en principio se usava, como ya tengo dito. Y por esso con razón llaman todos a esta lengua bárbara, que en la realidad dela verdad lo és, pues de si es tán pobre, y tan poco polida, que sin ayuda delas otras quedaria tan ruda y tosca, que en estos tiempos no se poderia oír, ni aun entender delos mismos Portugueses. (p. 4-6)

O caso das “formas refeitas” na passagem do português medieval ao português dos séculos XV e XVI

Maurer Jr, Teodoro. *A Unidade da România Ocidental*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1952.

Ver ainda: Duarte Nunez de Lião, *Origem da Língua Portuguesa*, 1606 - CAPITVLO XXV: De que lingoa tomaraõ os Portugueses os vocabulos de que tiuerem falta ou lhe forem necessario pera ornamento do que fallão ou escreuem. [<http://purl.pt/50/1/P93.html>]

Formas divergentes, empréstimos do latim medieval e formas refeitas do português medieval

1. Exemplos de Formas Divergentes (alotrópicas)

fundo primitivo	forma erudita/semi-erudita
orelha	aurícula
olho	óculo
lôgro	lucro
caldo	cálido
eira	área
cadeira	cátedra
cheio	pleno
relha, regra	régua
delgado	delicado
catar	captar
mancha	malha
mágoa	mácula
chão	plano

2. Exemplos de Contribuições do Latim Medieval

necessitare
discursus
impertinens
essentia
substantia
substantialis
realis
repausare
felicitare
modernus
identitas
correspondere
effectuare
effectivus

3. Exemplos de Formas Refeitas

forma popular	forma relatinizada
chor	frol, flor
fremoso	formoso
esmar	estimar
eivigar	edificar
eemigo	inimigo
feo	feno
preguntar	peguntar
auga	água
cantidade	quantidade
diago	diácono
dino	digno
fiiz	feliz
seenço	silêncio
segre	século
inhorar	ignorar
zeo	zelo
consiirar	considerar
vea	vela
pea	pena
ordiar	ordenar
sãar	sanar
coa	cauda

5 O “processo de elaboração da língua” e o advento da imprensa

E. Eisenstein, *A revolução da cultura impressa*, 1998:

“A imprensa ‘preservou e codificou, por vezes chegou mesmo a criar’, alguns idiomas. Sua ausência entre pequenos grupos linguísticos, durante o século XVI, ‘levou comprovadamente’ ao desaparecimento ou exclusão de seus idiomas vernáculos do domínio da literatura. Sua presença no interior de outros grupos, no mesmo século, assegurou a possibilidade de reavivamentos intermitentes ou contínua expansão. Havendo fortificado as paredes linguísticas que separavam grupos distintos, os impressores mais tarde tornaram homogêneo tudo o que se encontrava no interior dessas paredes, eliminando pequenas diferenças, padronizando o idioma para milhões de escritores e leitores, conferindo papel periférico aos dialetos provinciais. A preservação de uma determinada língua literária dependeu frequentemente de que, no século XVI, tivessem ou não sido impressos em vernáculo na região (sob os auspícios nacionais ou estrangeiros) algumas cartilhas, catecismos e bíblias. Em caso afirmativo, ocorria a subsequente expansão de uma cultura literária ‘nacional’ separada. Quando não foi esse o caso, desaparecia um dos pré-requisitos para que brotasse a consciência nacional; e o dialeto falado manteve seu carácter local”.



cf. Slides: O Advento da imprensa